



ARTIGO

Experiências docentes em atos de currículo antissexistas e antirracistas na educação básica

Lara Lage de Andrade, *Rede Municipal da Prefeitura de Petrópolis*

Felipe Carvalho, *Universidade Estácio de Sá*

Dilton Ribeiro Couto Junior, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

RESUMO. Nesta pesquisa-com a experiência, buscamos compreender como as/os docentes criam atos de currículo antissexistas e antirracistas na Educação Básica. Mobilizamos os estudos pós-estruturalistas e o feminismo negro interseccional para pensar-fazer esta pesquisa. Por conta da pandemia da Covid-19, ficamos impossibilitados de fazer pesquisa de campo presencial, o que nos levou a produzir um questionário aberto *online* (via Google Form) como ferramenta de pesquisa, compartilhado em grupos de docentes no WhatsApp em 2021. Nesta pesquisa, contamos com a participação de 31 docentes mulheres que atuam em escolas localizadas em diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro. Embora metade das docentes tenha dito que não sofreu ou presenciou casos de racismo e sexismo na escola, o que pode ser questionado, todas reconhecem a importância de colocar em ação práticas antirracistas e antissexistas cotidianas por meio de livros, vídeos e histórias voltadas para o empoderamento feminino e racial. Dessa forma, consideramos urgente o investimento de políticas públicas de formação para que docentes direcionem seus esforços no planejamento de ações antirracistas e antissexistas, enfrentando os desafios e dilemas de aprender-ensinar em parceria com crianças e jovens em uma sociedade estruturalmente racista e cisheteropatriarcal como a nossa.

PALAVRAS-CHAVE: Raça. Gênero. Sexualidade. Docência. Educação Básica.



Teorizações: a produção da diferença no cotidiano escolar

“A gente combinamos de não morrer.”

(Conceição Evaristo, 2016)

Pensamos-fazemos esta pesquisa com a experiência docente com base nos estudos pós-estruturalistas e no feminismo negro interseccional para refletir-problematizar a produção da diferença de raça, gênero e sexualidade no cotidiano escolar. A interseccionalidade, enquanto instrumento analítico-crítico, é uma forma de compreender a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2016), possibilitando uma reflexão acerca das relações de poder e dominação entre raça, gênero, sexualidade, classe, entre outros marcadores das diferenças no processo formativo. Partimos da compreensão de que a interseccionalidade “visa a dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2018, p. 16); é uma “expresión utilizada para designar la perspectiva teórica y metodológica que busca dar cuenta de la percepción cruzada o imbricada de las relaciones de poder” (VIGOYA, 2016, p. 2).

Movimentamo-nos a partir de aportes pós-estruturalistas, reconhecendo a necessidade de duvidar do instituído, relativizando o que se apresenta como verdadeiro; buscando renunciar às relações de causa-efeito ao analisar os fenômenos sociais do nosso tempo; privilegiando uma postura investigativa que entende as práticas culturais não como “dadas”, mas como fruto de um contexto singular (MEYER, 2014). Dessa forma, pesquisar articulando os marcadores sociais de raça-gênero-sexualidade com base em aportes pós-estruturalistas implica assumirmos que eles funcionam como organizadores sociais “(o que inclui políticas e programas sociais) e, assim, engloba[m] todos os processos pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos” (MEYER, 2014, p. 53).

A partir desses estudos, buscamos compreender como as docentes criam atos de currículo antissexistas e antirracistas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I. Atos de currículo são práticas pedagógicas contextualizadas, pensadas, criadas e praticadas por docentes e



estudantes em cenários curriculares. Um dos princípios que compõem os atos de currículo é a possibilidade de desconstruir a noção colonizadora de que os currículos seriam “artefatos pedagógicos feitos tão somente por especialistas e legitimados apenas por autoridades culturais e educacionais, asseguradas por aparelhos ideológicos institucionalizados” (MACEDO, 2013, p. 428). Os atos de currículo, enquanto movimentos político-pedagógicos propositivos, visam à (co)autoria e ao protagonismo de docentes e estudantes na criação curricular, se interessam em compreender como essas/es sujeitas/os forjam, inventam e reinventam currículos nas práticas pedagógicas.

A ideia desta pesquisa é analisar e visibilizar experiências docentes vivenciadas em atos de currículo a partir da desconstrução e desnaturalização de práticas sexistas e racistas no processo formativo. A importância de pesquisar a intersecção raça-gênero-sexualidade com a docência se inscreve, primeiramente, pela relevância teórica e prática para o campo da educação atualmente, e pelas políticas educacionais que impulsionam os debates dessas temáticas na formação inicial e continuada como discussões transversais, além de fomentarem alterações significativas nas estruturas curriculares da formação docente.

Partimos do entendimento de que interseccionar práticas antissexistas e antirracistas em atos de currículo abre espaços “para assumimos um compromisso ético que pressupõe o alargamento das margens de liberdade nos cotidianos educacionais (no dentro-fora da escola) capazes de promover a proliferação da diferença como devir, não como representação passível de tutela, controle e morte” (COUTO JUNIOR; POCAHY; OSWALD, 2018, p. 71). Interseccionar essas práticas significa também reconhecer os múltiplos marcadores de identidade e diferença que constituem as/os sujeitas/os, convidando a um olhar sobre o modo como a intersecção raça-gênero-sexualidade organiza as relações sociais no cotidiano escolar.

Compreendemos que, dentro-fora de sala de aula, docentes e estudantes produzem-reproduzem múltiplos “enquadramentos normativos” (BUTLER, 2015) de raça, gênero, sexualidade, classe, território, religião, geração, entre outros. Um dos objetivos dos enquadramentos é a fabricação/produção de um/a determinado/a sujeito/a ideal em nossa sociedade, estruturada pelo capitalismo, racismo, sexismo e cisheteropatriarcado (CARNEIRO, 2011; AKOTERENE, 2019). Esse processo de fabricação dos corpos, gêneros e sexualidades é sutil, sendo produzido e reiterado cotidianamente (LOURO, 2014). Os



enquadramentos são postos em funcionamento modelando, materializando e reconhecendo os corpos nas práticas pedagógicas, por meio de disciplina, controle, identificação, diferenciação, classificação, ordenação.

Os quadramentos operam no cotidiano escolar fazendo com que algumas vidas (brancas, cisheterossexuais, cristãs, não periféricas) sejam inteligíveis no interior de uma dada prática sociocultural; já outras vidas desviantes desses quadramentos (negras/os, indígenas, LGBTQIA+, deficientes, mulheres) sofrem com a exclusão e precarização e, em casos extremos, são letalizadas (POCAHY, 2018). Esses quadramentos, entretanto, não conseguem capturar tudo o que se é desejado, pois sempre há desvios, rupturas e insurgências que possibilitam a produção de outros modos de vida.

Compartilhamos da ideia de que, no cotidiano escolar, os corpos de docentes e estudantes são hierarquizados “através do enxadrezamento¹ cênico da vida social que nos dispõe em valores e vão estar submetidos ao conjunto de marcas que imprimem sobre eles ficções políticas que frequentemente pensamos ser naturais” (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 7). Alguns desses conjuntos de marcas subjetivam os corpos, ensinando-os e fazendo com que acreditem que o racismo e o sexismo não existem no cotidiano escolar e em nossa sociedade, aspecto que acaba naturalizando tais práticas dentro-fora da sala de aula; é preciso tratar dessas práticas como fruto de uma relação de poder e dominação que ceifou/vem ceifando muitas vidas e contribuindo para a promoção da exclusão escolar.

Cavalleiro (2005) argumenta que há de se considerar que docentes apresentam modos de ver o mundo ainda muito influenciadas/os por uma estrutura racial que, ao negar o racismo e os efeitos do racismo nos corpos negros, não há um reconhecimento dos aspectos negativos do racismo também para as pessoas brancas. Dessa forma, isso impede a criação-mobilização de estratégias para a participação positiva da criança negra, mesmo que se saiba da existência da discriminação racista dentro-fora da escola. Cavalleiro (2005) destaca ainda que grande parte das relações raciais no cotidiano escolar “está alicerçada no mito da democracia racial, que defende que a sociedade brasileira não tem práticas racistas e que pessoas negras ou brancas têm as mesmas possibilidades de ascensão e sucesso sociais” (p. 98).

¹Enxadrezamento é um neologismo “que invoca o jogo de xadrez como forma condensada, estratégias de vida e sobrevivência e de luta dos corpos” (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 7).



Cavalleiro (2001) pontua que há de pensar-praticar uma educação antirracista, em que seja reconhecido o racismo em nosso contexto; repudiando e combatendo toda conduta preconceituosa e discriminatória; promovendo reflexões contínuas sobre o racismo e seus derivados; cuidando das relações interpessoais; mobilizando ações, em parceria com as/os estudantes, que potencializem os múltiplos modos de ser/estar no mundo; articulando conteúdos e materiais que visem a eliminar o currículo eurocentrado, contemplando a diversidade racial, com temáticas negras; e pensando em meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial.

Além das estratégias acima mencionadas sobre a promoção de uma educação antirracista, consideramos fundamental desenvolver na formação inicial e continuada de docentes ações de combate e prevenção ao racismo e sexismo, uma vez que a formação abre espaço a outros modos de pensar, aspecto que consideramos importante na diminuição das desigualdades (SISS; FERNANDES, 2014). Para a promoção dessa educação concordamos que seja necessário, acima de tudo, diálogo e respeito em sala de aula, encorajando uma postura de alteridade que leve em conta a pluralidade de ideias e das diferenças, além da existência das tensões e dos conflitos (CARVALHO; PIMENTEL, 2022a).

Pensar-praticar uma educação antissexista e antirracista ainda é um desafio complexo para todas/os. Guacira Louro (2014) ensina que o cotidiano escolar é o espaço-tempo em que se produz e reproduz a diferença; ela frisa que a própria escola é produtora dessa diferença. Nas palavras da autora: “servindo-se de símbolos e códigos, ela [a escola] afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e instituí. Informa o ‘lugar’ [...] dos meninos e das meninas” (LOURO, 2014, p. 63), dos brancos e dos negros, dos bons e dos ruins. Perpetuam-se ideias-práticas sexistas, como as de que meninas se identificam mais com a área de humanas e meninos com a área de exatas; meninas podem demonstrar afeto a outras meninas, enquanto os meninos não podem; meninas agitadas são consideradas malvistas, diferentemente dos meninos: é um “comportamento normal e natural”. Muitas dessas ideias-práticas binárias e dicotômicas do que é visto como sendo próprio dos corpos femininos/masculinos são tratadas como naturais, imutáveis e inatas, o que contribui para potencializar ainda mais o sexismo no cotidiano escolar. Obviamente há insurgências contra essas ideias-práticas, até porque os corpos aprendem com outros corpos a escapar/desviar desses enquadramentos normativos.



Discutimos, a seguir, os movimentos epistêmico-metodológicos que realizamos para produzir esta pesquisa.

Movimentações epistêmico-metodológicas

Nesta pesquisa, analisamos as experiências compartilhadas por docentes que atuam na educação infantil e/ou no ensino fundamental (1º ano ao 5º ano) em diferentes instituições de ensino localizadas no estado do Rio de Janeiro. Pensamos-fazemos a pesquisa com base nas epistemologias das práticas docentes e da pesquisa-com a experiência para refletirmos os atos de currículo antirracistas e antissexistas promovidos pelas docentes em sala de aula. Quando nos referimos às epistemologias das práticas docentes, não estamos falando de qualquer prática, mas de uma prática crítica, reflexiva e propositiva, que tem intencionalidades pedagógicas, objetivando uma determinada formação e produção de sujeitas/os. É uma prática singular, situada culturalmente, não passível de reprodutibilidade, conectada a um ideário pedagógico e a dimensões teórico-metodológicas, da vida cotidiana e da própria experiência. Nessas epistemologias, “a prática aparece como espaço não somente de construção de sujeitos coletivos, como também de construção de novas compreensões do mundo da vida e de saberes situados” (THERRIEN, 2006, p. 72). Por meio dessas epistemologias, buscamos caminhos/indícios/rastros para compreender as inventividades docentes, suas experiências vivenciadas e processos subjetivos em atos de currículo antissexistas e antirracistas.

Optamos por “pesquisar-com a experiência” (MACEDO, 2015) docente porque esse modo de fazer a pesquisa nos apoia a analisar as experiências que marcam as/os docentes, seus saberes, implicações, processos formativos, atos de currículo, proposições didático-pedagógicas, concepções de mundo. Pesquisar-com a experiência é reconhecer a pesquisa como acontecimento, ou seja, é pesquisar no contexto da imprevisibilidade e da singularidade (MACEDO, 2015). A experiência, conforme Bondía (2002, p. 21), “é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”. Nessa linha de pensamento, nossa pesquisa-com a experiência é única e irrepetível, na qual o percurso é construído no decorrer da caminhada e não pavimentado *a priori*, o que significa que estamos abertos para o desconhecido (BONDÍA, 2002).



Esta pesquisa-com a experiência foi produzida durante a pandemia da Covid-19, o que nos fez repensar-reconfigurar a ideia inicial de pesquisa, que era conversar presencialmente com as docentes e analisar as experiências compartilhadas por elas durante nossos momentos de interação. Não podemos negar que a pandemia ensejou que experienciássemos outros modos de interagir com o outro, tanto na docência quando na pesquisa, possibilitando que (re)inventássemos diferentes estratégias para conduzir o trabalho docente-investigativo (COUTO JUNIOR; TEIXEIRA; MADDALENA, 2023).

Dessa forma, nossa estratégia metodológica nesta pesquisa foi criar um questionário aberto *online* (instrumento de pesquisa), pelo Google Forms, buscando capturar rastros de experiências compartilhadas pelas docentes em atos de currículo. Nesse questionário havia um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, em que solicitamos a autorização do uso dos relatos docentes para a pesquisa científica. Deixamos explícito que a autorização era voluntária, que não haveria qualquer constrangimento ou prejuízo se elas não autorizassem, e ressaltamos que, se autorizassem, estariam contribuindo para o avanço científico da área. Criamos um espaço para que cada participante informasse como gostaria de ser identificada.

O questionário *online* é composto por perguntas abertas com o objetivo de disparar as experiências docentes: se já presenciou ou sofreu algum caso de racismo ou sexismo em sala de aula? Caso a resposta fosse “sim”, a pergunta era se a participante poderia compartilhar um relato sobre o ocorrido e que ações e práticas de prevenção e combate foram adotadas em sala de aula. Questionamos também se as docentes já promoveram alguma prática ou atividade pedagógica antirracista ou antissexista com as/os estudantes, a resposta sendo “sim”, solicitamos o compartilhamento dessa prática ou atividade; e se elas participaram de algum curso de formação continuada sobre gênero, sexualidade e raça, o que achou do curso e se contribuiu para a ressignificação da própria prática pedagógica. O formulário ficou disponível do período de 15 de setembro a 15 de outubro de 2021, sendo compartilhado pelo WhatsApp em diversos grupos de docentes.

Consideramos que questionário online permite conhecer fragmentos do cotidiano escolar de cada professora, oportunizando novas entradas de problematização a partir das respostas compartilhadas. No processo de produção desta pesquisa, não tínhamos como intenção tecer reflexões conclusivas a partir das respostas das docentes, mas trazer



considerações que fornecessem pistas sobre a importância de atos de currículo voltados ao enfrentamento de práticas racistas e sexistas dentro e fora da escola. Movimentamo-nos epistêmico-metodologicamente refutando as metanarrativas e os generalismos, reconhecendo ainda que nossos achados são provisórios (MEYER, 2014; PARAÍSO, 2014). Pesquisar-com a experiência é, portanto, da ordem da imprevisibilidade e do acontecimento.

Nossa opção pelo WhatsApp se deu porque é incontestável sua popularidade hoje, permitindo que, dinamicamente e colaborativamente, sejamos capazes de produzir e compartilhar, com outras pessoas geograficamente dispersas, mensagens de texto, voz, vídeos, imagens e até mesmo documentos de diferentes formatos. O WhatsApp conecta sujeitas/os, é gratuito e tem proporcionado o engajamento de pessoas de todos os cantos do mundo a intercambiarem experiências distintas a partir da participação em processos comunicacionais digitais (PORTO; OLIVEIRA; CHAGAS, 2017). Nesse contexto, o WhatsApp pode ser mais uma estratégia metodológica a ser adotada na pesquisa com o objetivo de promover o contato com as/os sujeitas/os, incentivando a partilha e o aprendizado com a/o outra/o.

A partir das experiências compartilhadas pelas docentes no questionário aberto *online*, produzimos sentidos provisórios nesta pesquisa, conforme discutidos a seguir. Esses sentidos encontram-se organizados em quatro subseções, sendo a primeira voltada para problematizar os relatos das docentes participantes que, na percepção delas, nunca presenciaram/sofreram racismo ou sexismo em sala de aula; na segunda subseção analisamos os relatos daquelas docentes que presenciaram/sofreram racismo ou sexismo em sala de aula; já na terceira subseção discutimos os atos de currículo criados pelas docentes como estratégia para colocar em ação práticas antirracistas e antissexistas; por fim, na quarta subseção tensionamos a importância de uma formação docente que discuta as interseccionalidades de raça-gênero-sexualidade, visando a combater práticas preconceituosas e discriminatórias dentro e fora do cotidiano escolar.

Experiências docentes antirracistas e antissexistas

Nesta pesquisa, contamos com a participação de 31 docentes mulheres: 23 trabalham na rede pública de ensino, 6 na rede particular e



2 não informaram. Desse total, 20 atuam somente na educação infantil, 8 no ensino fundamental (1º ano ao 5º ano), 2 na educação infantil-ensino fundamental (1º ano ao 5º ano) e 1 não informou em que seguimento atua. Essas docentes trabalham em escolas localizadas em diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro, o que permitiu compreender de quais contextos elas compartilham as suas experiências em atos de currículo, a saber: Rio de Janeiro (17 docentes), Magé (6 docentes), Petrópolis (1 docente), Rio das Flores (1 docente), São Gonçalo (1 docente), Teresópolis (1 docente), Guapimirim (1 docente), Belford Roxo (1 docente), Nilópolis (1 docente) e São Pedro da Aldeia (1 docente).

Docentes que nunca presenciaram/sofreram racismo ou sexismo em sala de aula

No processo de produção das análises desta pesquisa, identificamos que 15 docentes disseram nunca ter presenciado/sofrido algum caso de racismo ou sexismo em sala de aula, mesmo em uma sociedade estruturalmente racista (BERNARDO; MACIEL, 2015) e cisheteropatriarcal como a nossa (AKOTERENE, 2019). Perceber as nuances do racismo e do sexismo dentro-fora da escola significa reconhecer que nossa sociedade é estruturalmente racista e cisheteropatriarcal, na qual nem todas as vidas são dignas de luto (BUTLER, 2015). Estranhar aquilo que é aceito como normal é problematizar as próprias estruturas sociais, convidando-nos a uma melhor compreensão sobre como, em que contextos e “em quais condições as coisas se tornam isto que elas são neste momento” (MEYER, 2014, p. 59). Questionamo-nos sobre os possíveis motivos que levam as docentes participantes da pesquisa a não identificarem práticas racistas ou sexistas na escola. Esse dado pode ser analisado a partir de quatro pontos a seguir.

1. Muitas vezes, a violência racial, sexista e de gênero, praticada entre estudantes-estudantes ou docentes-estudantes, é sutil, vista como algo menor, sem gravidade, somente uma “brincadeira”, não sendo qualificada com um crime, um problema; 2. outra discussão que trazemos é a de que essas docentes tenham poucos letramentos para identificar as violências raciais, sexistas e de gênero em suas práticas cotidianas, o que dificulta a intervenção quando elas acontecem; 3. há o pacto entre sujeitas/os brancas/os cisheterossexuais que negam o racismo e o sexismo em nossa sociedade, o que invisibiliza/mascara/camufla as violências ocorridas, impossibilita uma discussão mais aprofundada com o coletivo



e deixa marcas profundas nos corpos de quem as sofrem. Há, também, aquelas pessoas que compactuam indiretamente com o racismo e o sexismo ao silenciar diante de casos que presenciam; e 4. uma última discussão é que ensinamos-aprendemos desde muito cedo a odiar as diferenças (CARVALHO; POCAHY, 2020), inclusive (re)produzimos esse ódio em múltiplos espaços-tempos, até mesmo na escola, potencializando a sua banalização, a naturalização da violência em sala de aula, não sendo vista como algo produzido socioeconômica e culturalmente e, também, como um crime cometido.

No contexto acima exposto, cabe lembrar a importância da mediação docente, com docentes formados para atuar com essas temáticas (raça, gênero, sexualidade), intervindo, colaborando, questionando, trazendo outros pontos de vista, contrapondo as ideias, convidando outras/os estudantes a participar manifestando suas ideias. Debater-conversar sobre as intersecções do racismo e do sexismo é imprescindível para colocar em movimento reflexões que auxiliem na construção de práticas pedagógicas antirracistas e antissexistas. Não podemos esquecer a importância da conversa na mediação docente, pois a conversa possibilita o intercâmbio de experiências entre duas ou mais pessoas, fornecendo a cada participante modos diferentes de ver o mundo (CARVALHO; PIMENTEL, 2022a).

Docentes que presenciaram/sofreram racismo ou sexismo em sala de aula

Dezesseis docentes afirmaram já ter presenciado ou sofrido algum caso de racismo ou sexismo em sala de aula, conforme exposto a seguir:

Atos racistas relacionados ao cabelo crespo e associar determinada cor ao gênero (azul para meninos e rosa para meninas) (Tereza).

Apesar de serem pequenos e seus princípios morais estarem em formação, em algumas situações, já presenciei crianças que não queriam brincar com outro coleguinha, por conta da cor e do cabelo (Carol).

Aluno branco chamando colegas negros de macaco (C).

No primeiro dia de aula, um aluno do 3º ano, virou para mim e disse que não gostava nem de preto nem de gordo (Ana Paula).



Na escola privada, a mãe demonstrou verbalmente insatisfação pela filha ter uma professora negra e moradora de uma comunidade (Luciana).

Já presenciei alunos discriminando colegas negros, e meninos desvalorizando o trabalho das mães, que são donas de casa (Luciana).

Peguei duas bonecas para brincar, uma preta e a outra loira. Quando dei a boneca preta na mão da criança, ela escondeu o rosto e, por fim, a colocou no chão, embaixo da mesa. Percebi seu olhar sobre a boneca 'branca' e perguntei se queria aquela, o que prontamente ela aceitou (Jane).

Pais reclamando após ver um menino com uma boneca (Suelen).

Nessas experiências compartilhadas e vivenciadas pelas docentes, é evidente como racismo, sexismo, classismo e gordofobia são manifestados/materializados em atos de currículo de diversas formas, inclusive organizando as relações sociais dentro-fora do cotidiano escolar, como, por exemplo, na impossibilidade de as/os estudantes constituírem laços de amizade com as/os outras/os estudantes e com as próprias docentes. Essas manifestações/materializações produzem monstruosidades em nossa sociedade, potencializam crimes de ódio contra as diferenças, podendo, em caso extremos, ser letal (POCAHY, 2018). Não somente a aparência física, mas até mesmo brinquedos e brincadeiras tornam-se disparadores para a reiteração de práticas preconceituosas e discriminatórias, exigindo um olhar atento e sensível para lidar com as inúmeras situações cotidianas que emergem em sala de aula.

As experiências compartilhadas pelas docentes mostram que precisamos questionar os enquadramentos normativos de raça, gênero e sexualidade que se baseiam na perspectiva biologicista, a qual coloca em funcionamento a naturalização de “classificações identitárias essencialistas que valorizam determinadas condutas entendidas social e culturalmente como sendo masculinas [e femininas, brancas e negras]” (FREITAS; COUTO JUNIOR; CARVALHO, 2023, p. 42). Nos relatos das participantes da pesquisa, é perceptível a preocupação delas com discursos e práticas que buscam classificar/enquadrar o outro a partir de atributos físicos, que consideramos como uma tentativa de definir qualitativamente o lugar social daquele corpo/sujeito em nossa sociedade. Esses relatos nos remetem à ideia de que é inegável que grupos “em situação de vulnerabilidade social [...] sofrem por conta de redes



insuficientes de apoio social, por estarem enquadradas em condições invisíveis em que parte das minorias recorrentemente se encontra” (COUTO JUNIOR et. al., 2019, p. 1212).

Compreendemos que é necessário retirar a “camisa de força” dos enquadramentos normativos de raça, gênero e sexualidade dos corpos de docentes e estudantes, assim como de todos/as nós. Esse é um desafio para a formação em nosso tempo, que requer cada vez mais esforços para criar ações pedagógicas antissexistas e antirracistas, tanto em nível macro quanto em micro no cotidiano escolar, possibilitando o intercâmbio de experiências de práticas de si e com os outros. Através dessas práticas, poderemos desnaturalizar ideias biologicistas baseadas em raça, gênero e sexualidade e, assim, construir novas formas de compreensão e de interação social mais igualitárias e respeitadas dentro-fora de sala de aula. Além disso, tais ações pedagógicas podem contribuir para a formação de sujeitos/as ainda mais críticos, podendo vir a se desdobrar na construção de uma sociedade que favoreça a constituição de novos modos de ser/viver.

Atos de currículo criados pelas docentes

Entendemos que o trabalho de prevenção e de combate ao racismo e ao sexismo é diário, complexo, como pudemos observar nos atos de currículo criados pelas docentes:

Sempre intervimos usando livros educativos, vídeos, e principalmente a rodinha de conversa. O diálogo funciona muito nesses momentos, ainda que pequenos surte um efeito muito grande, propiciando uma socialização harmônica na sala de aula (Carol).

Rodas de conversas sobre os temas, mesmo tendo alunos bem pequenos, essas conversas sempre dão bons resultados! (Luciana).

Muita conversa [...] com histórias falando do respeito e diversidades, além de atividades lúdicas (Cláudia).

Fiz um projeto para a turma onde trabalhamos etnias e personalidades diversas (Ana Paula).

Como os alunos são muito pequenos, estímulo a amizade, brincar todos juntos e com todos os brinquedos. Sem distinguir cor ou gênero (Eluzier).



Consideramos esses atos de currículo criados pelas docentes fundamentais, pois além da prevenção e do combate ao racismo e ao sexismo, visam a conduzir uma melhor convivência entre todas/os em sala de aula e a produção de sujeitas/os mais atentas/os a questões envolvendo essas temáticas em seus cotidianos. Acreditamos que atos de currículo como esses oportunizam às/aos estudantes vivências de aprendizagem que não reforçam as desigualdades de gênero, sexo e raça que perpetuam o sexismo e o racismo (CARNEIRO, 2011; SOUZA, 2013). Criar atos de currículo implicados na luta contra todas as formas de preconceito e discriminação é imprescindível, dado que muitas pessoas “ousam resistir e escapam desse ideal de sujeito forjado no imaginário heteronormativo, que ainda permanece reconhecendo o homem-branco-cisgênero-heterossexual como referência para outras identidades sexuais e de gênero” (FREITAS; COUTO JUNIOR; CARVALHO, 2023, p. 53).

A sala de aula é um espaço-tempo de criação, inventividades e resistências, conforme mostram as experiências compartilhadas pelas docentes, sobretudo no que diz respeito a atos de currículo antirracistas e antissexistas:

Trabalhei com o berçário a diferença de raça, cor, sexo através de fantoches e do livro “Cabelo de mola” (Lanna).

Procuro levar histórias e atividades indígenas e/ou africanas (Camila).

Rodas de histórias com ênfase em literatura negra, projetos envolvendo a temática indígena e afro-brasileira (Nice).

Projetos para empoderamento feminino e empoderamento racial (Tereza).

O trabalho desenvolvido com nossas crianças sobre as profissões ditas masculinas, mas que mulheres desempenham tão bem quanto o homem (Veronica).

Em geral, aproveito conteúdos que já estão sendo trabalhados ou mesmo assuntos que surgem no decorrer das aulas para falar com as crianças, de forma a desconstruir preconceitos sexistas (Sônia).

Sempre busco histórias com proposta de promover respeito mútuo, valores importantes a serem trabalhados em classe, pois muitas vezes isso não é trabalhado no seio familiar (Aquila).

Trabalhei com turmas de alunos maiores onde fizemos dinâmicas, filmes, conversas e debates sobre o assunto e ao final fizemos uma grande oficina (Eluzier).



Entendemos essas múltiplas criações docentes importantes para os processos formativos no presente, permitindo que questões sobre as diferenças raciais, sexuais e de gênero sejam discutidas, trabalhadas e problematizadas com a turma (LOURO, 2014; CAVALLEIRO, 2001), abrindo espaço para que cada estudante traga a sua compreensão de mundo e escute as de outras/os colegas. Outro ponto que destacamos é que essas criações docentes possibilitam, também, que as/os estudantes tenham experiências antirracistas e antissexistas. Isso não quer dizer que, após essas experiências, elas/es estão livres de sofrer ou praticar o racismo e o sexismo em seus cotidianos. Planejar, criar e experienciar atos de currículo antirracistas e antissexistas implica envolvermo-nos em uma luta diária permeada por desafios. Entendemos que essas criações servem de gatilhos para que as/os estudantes reflitam sobre as práticas de si e com a/o outra/o, e para a produção de acordos entre todas/os, o que pode vir a produzir modos de existir éticos dentro-fora da sala de aula.

Essas criações vão ao encontro das ideias para uma educação antirracista proposta por Cavalleiro (2001), dado que a maior parte das docentes reconhece que o racismo reverbera nas relações sociais em sala de aula; as docentes inventam atos de currículo objetivando refletir, combater e prevenir o racismo e seus derivados no cotidiano escolar, como, por exemplo, na mobilização de contação de história sobre os diferentes grupos que constituem a nossa sociedade e na curadoria de recursos/conteúdos que contribuam para romper com o currículo eurocentrado e que contemplem a diversidade racial; e ainda, essas docentes promovem situações de aprendizagem no coletivo para o reconhecimento positivo da diversidade racial e o fortalecimento do autoconhecimento de estudantes pertencentes a grupos historicamente discriminados.

Trabalhar de modo dialógico em sala de aula nos possibilita chegar até o outro “não rumo a um lugar melhor ou a um patamar de mais esclarecimento, senão como movimento, como exercício de espichar nossos modos de ver e compreender, de seguir sendo já diferente de nós mesmos” (RIBEIRO; SKLIAR, 2020, p. 18). Planejar ações antirracistas e antissexistas em parceria com as/os estudantes é aprender-ensinar o compromisso ético e político de cada um/a no mundo hoje; é criar atos de currículo que interseccionem raça-gênero-sexualidade com o objetivo de questionar/denunciar as diferentes opressões experienciadas pelas chamadas minorias sociais, buscando, acima de tudo, estratégias para



melhorar as condições de vida de todas as pessoas que vivem em condição de vulnerabilidade.

Sobre a formação docente

Nesta pesquisa, partimos da ideia de que a formação acontece ao longo da vida, em diferentes contextos e ambiências formativas. Com base nessa ideia, perguntamos às docentes se elas tinham participado de algum curso de formação continuada sobre gênero, sexualidade e raça: 17 docentes responderam que não, uma parcela significativa das participantes; já outras 14 docentes afirmaram ter participado de algum curso de formação continuada. Solicitamos a estas docentes que relatassem as contribuições do curso para a própria prática:

A formação continuada é de suma importância para o crescimento profissional e pessoal de cada docente, cada curso que participei me ajudou a olhar com uma nova perspectiva o ambiente da sala de aula, e a ter um olhar único para cada criança (Carol).

Foi um curso muito bom, me ajudou a ter uma bagagem maior no combate ao racismo (C).

Foi extremamente gratificante participar de cursos com essa temática, pois todas as vezes que aprendo percebo que tenho ainda mais para aprender (Eluzier).

Contribuiu muito para melhorar minha prática docente (Nice).

Além do curso, uma bibliografia voltada para a temática deu respaldo e embasamento para as minhas práticas (Tereza).

Esses relatos docentes sobre as formações de si, autoformação, convidam a uma reflexão sobre como as vivências nos cursos de formação inicial e continuada têm o potencial de fazer com que a/o docente ressignifique a própria prática (CARVALHO; PIMENTEL, 2022b), o que pode abrir ainda mais espaço para discussões sobre raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Precisamos rever nossa postura como docentes, valorizando também uma formação inicial e continuada que coloque em tensão os pilares fundantes do racismo, sexismo e cisheteropatriarcado; afinal, as “ações [pedagógicas] não podem ficar capturadas pela astúcia da norma de não dizer de si, elas precisam fazer a norma falar” (SEFFNER, 2013, p. 158). Isso significa, por exemplo, não permanecer em silêncio diante da necessidade de agir sobre toda e



qualquer situação de preconceito e discriminação sofrida/presenciada dentro-fora da sala de aula. Pelo contrário, é planejar atos de currículos antirracistas e antissexistas com a máxima de expor os pilares dessas normas, reconhecendo que todas as vidas importam, embora muitas estejam em constante ameaça porque são marcadas por posições de dissidência.

Entendemos os cursos de formação como espaços-tempos fecundos de trocas de experiências entre as/os docentes, além de fornecerem ferramentas conceituais para que as/os docentes construam um olhar crítico e reflexivo sobre si, principalmente para que não (re)produzam ideias-práticas discriminatórias e preconceituosas dentro-fora do cotidiano escolar, contribuindo assim para atenuar as diversas formas de violência em nossa sociedade (DIAS; SALES, 2016). A formação “é um elemento fundamental para a desconstrução das desigualdades sociais e étnico-raciais que contribuem para a exclusão de grande parcela da população indígena e afro-brasileira dos bens construídos socialmente” (SISS; FERNANDES, 2014, p. 117).

Destacamos que formação docente não se restringe ao que é meramente trabalhado nos cursos de formação inicial e continuada, porque aprendemos a todo instante sobre diferentes assuntos, incidindo diretamente na forma como vemos/entendemos o mundo e seus fenômenos sociais. Uma vez que as docentes revelaram que estudar/ler é imprescindível para o aprendizado, reconhecemos o quão importante é refletir sobre aquilo que fazemos em nossa ação docente a partir do que estudamos/lemos. Paraíso (2014), referindo-se ao processo de pesquisa e de aquisição de conhecimento, considera imprescindível ler demoradamente para juntar ideias, perspectivas, permitindo que sejamos capazes de realizar comparações e novas associações. Estudar/ler é conhecer o que outras pessoas têm a dizer, é ampliar nossos repertórios, nossa visão de mundo e, conseqüentemente, é estar mais bem preparado para planejar atos de currículos antirracistas e antissexistas.

Para concluir as nossas análises, destacamos que as experiências compartilhadas pelas docentes são fundamentais para que nós, docentes-pesquisadoras/es, repensemos nossas próprias práticas, os atos de currículo que propomos, os modos como nos relacionamos com as/os estudantes, os processos formativos que almejamos, as abordagens didático-pedagógicas que nos inspiram em sala de aula. Trazemos essas experiências porque elas nos tocam (BONDÍA, 2002), nos viram de ponta



cabeça, ampliam as nossas percepções de mundo e nos fazem questionar-problematizar-analisar a educação hoje.

Considerações (in)conclusivas

Como desdobramentos desta pesquisa-com a experiência docente, aprendemos que a epistemologia das práticas possibilita “identificar espaços privilegiados de práticas e experiências de convivência entre sujeitos interagindo dialogicamente numa coletividade, vivenciando e dando sentido a processos democráticos alternativos” (THERRIEN, 2006, p. 72), conforme notamos-analisamos nos atos de currículo pensados, criados e praticados pelas docentes com as/os estudantes. Aprendemos, também, que a experiência não se explica, compreende-se, pois a “função de uma pesquisa da/com experiência é compreender compreensões [...] compreender é apreender em conjuntos, é criar relações, englobar, unir, combinar, conjugar” (MACEDO, 2015, p. 32). Nesse sentido, compreendemos no processo de produção da pesquisa que a sala de aula é um espaço-tempo complexo e plural, em que singularidades e coletividades se encontram, produzem identificações e diferenciações, criam atos de currículo e situações didático-pedagógicas, negociam e (res)significam sentidos.

Com base nas experiências compartilhadas pelas docentes em sala de aula, tivemos a oportunidade de conhecer múltiplos atos de currículo antissexistas e antirracistas efetivados/desenvolvidos na educação básica visando ao convívio com as diferenças, à ampliação dos conhecimentos das/os estudantes e à mobilização de epistemologias didático-curriculares não eurocentradas, não brancas e não sexistas. As experiências compartilhadas deixam evidente as implicações docentes com outras possibilidades de educar no presente, de não só minar/abalar as estruturas racistas e sexistas que constituem a nossa sociedade, como também de pensar-propor atos de currículo contextualizados, críticos, historicizados, abertos à conversação, antissexistas, antirracistas, que valorizam a história de vida-formação das/os estudantes e que compreendem estas/es como sujeitas/os pensantes-autoras/es. Nessa linha de pensamento, não podemos perder de vista que a escola também é um espaço-tempo de criação e da ressignificação (RIBEIRO; SKLIAR, 2020), ela “não é unicamente uma instituição de sequestro, ela é também a possibilidade de devir outro. E por isso mesmo tamanha atenção e



interesse nela, tamanha disputa em torno de quem pode ou não pensar os rumos da educação” (COUTO JUNIOR; POCAHY; OSWALD, 2018, p. 71).

Por fim, destacamos que discutir racismo e sexismo no cotidiano escolar ainda é um obstáculo, visto que muitas docentes não têm formação inicial ou continuada sobre essas temáticas. É urgente o investimento de políticas públicas de formação para que docentes direcionem seus esforços no planejamento de atos de currículo antirracistas e antissexistas, enfrentando os desafios e dilemas de aprender-ensinar em parceria com crianças e jovens em uma sociedade estruturalmente racista e cisheteropatriarcal como a nossa. Somamo-nos à luta feminista interseccional contra o racismo-sexismo e entendemos que as alianças políticas são importantes para enfraquecer os discursos discriminatórios e preconceituosos contra todos os corpos que, historicamente, vêm sendo silenciados e colocados às margens sociais. “Combinamos de não morrer”, assim como Evaristo (2016), porque entendemos que, como profissionais da educação, temos o compromisso ético-político de continuar lutando em prol da ampliação de nossas margens de liberdade.



Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo, Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BERNARDO, Teresinha; MACIEL, Regimeire Oliveira. *Racismo e educação: um conflito constante*. *Contemporânea*, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 191-205, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/44xmIoK>>. Acesso em: 6 maio 2023.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/1ryFC8Q>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Felipe; PIMENTEL, Mariano. Desculpa a interrupção, professor, eu nem sei se eu poderia te interromper: quais os sentidos da conversação em aula? *Revista Periferia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 127-148, set./dez. 2022a. Disponível em: <<https://bit.ly/3GAdcGl>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CARVALHO, Felipe; PIMENTEL, Mariano. Ressignificações de práticas docentes no ensino superior com base nos princípios da educação online. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 17, n. 4, p. 3079–3096, 2022b. Disponível em: <<https://bit.ly/3VyOpcu>>. Acesso em: 5 maio 2023.

CARVALHO, Felipe da Silva Ponte de; POCAHY, Fernando. Odiados pela nação: como ensinamos e aprendemos a odiar a diferença? *Interfaces Científicas – Educação*, Aracaju, v. 8, n. 2, p. 47-66, mar. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3bmOYxM>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 141-60.



CAVALLEIRO, Eliane. Discriminação racial e pluralismo em escolas da cidade de São Paulo. In. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília: Ministério da Educação, 2005, p. 65-104.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidad*. Madrid: Editora Morata, 2016.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; BRITO, Leandro Teofilo de; POCAHY, Fernando; AMARO, Ivan. Jovens em estado de alerta no Facebook: diálogos tecidos em/na rede como estratégia de (re-)existência à regulação das vidas precarizadas. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 14, n. 3, p. 1210-1229, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2oqpqfW>>. Acesso em: 2 out. 2019.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; POCAHY, Fernando; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos. Crianças e infâncias (im)possíveis na escola: dissidências em debate. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 9, p. 55-74, maio/out. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2P5JGw6>>. Acesso em: 2 out. 2018.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; TEIXEIRA, Marcelle Medeiros; MADDALENA, Tania Lucía. O meme como inventividade metodológica no ensino remoto pandêmico: por que não?. *Interfaces Científicas – Educação*, Aracaju, v. 12, n. 1, p. 53-68, 2023. Disponível em: <<https://bit.ly/3m1EKhA>>. Acesso em: 4 abr. 2023.

DIAS, Anne Karoline Bezerra; SALES, Tatiane da Silva. Identidades e Relações de Gênero na Educação Infantil: percepção e prática docente. In.: SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da (Org.). *Usos e Desuso do Gênero e Diversidade no Processo Educativo*. Editora: EDUFMA: São Luís: EDUFMA, 2016, p. 23-40.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FREITAS, Paula Rios de; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; CARVALHO, Felipe. “Eu sempre sonhei em ter um neto homem!”: cartografando vídeos de “chás de revelação” no YouTube. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 55, p. 37-58, jan./abr. 2023. Disponível em: <<https://bit.ly/3VCekQF>>. Acesso em: 10 jan. 2023.



LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MACEDO, Roberto Sidnei. Atos de currículos: uma incessante atividade etnometódica e fonte de análise de práticas curriculares. *Currículo sem fronteiras*, v. 13, n. 3, p. 427-435, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/44zBwDm>>. Acesso em: 5 maio 2023.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Pesquisar a experiência: Compreender/mediar saberes experienciais*. Curitiba, PR: CRV, 2015.

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. 2. Ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014, p. 49-63.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. 2. Ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, p. 25-47.

POCAHY, Fernando. O clamor da diferença letal: educar em estado de exceção. *Revista Ñanduty*, Dourados, v. 6, n. 8, p. 9-22, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2SdVz3X>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

PORTO, Cristiane; OLIVEIRA, Kaio Eduardo; CHAGAS, Alexandre. Educação mediada pelo WhatsApp: ensinar e aprender por mensagens instantâneas. In: PORTO, Cristiane; OLIVEIRA, Kaio Eduardo; CHAGAS, Alexandre (Orgs.). *WhatsApp e educação: entre mensagens imagens e sons*. Salvador: EDUFBA; Ilhéus: EDITUS, 2017, p. 9-14.

RIBEIRO, Tiago; SKLIAR, Carlos. Escolas, pandemia e conversação: notas sobre uma educação inútil. *Série-Estudos*, Campo Grande, v. 25, n. 55, p. 13-30, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2Va3p5A>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, jan./mar. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2Axhld2>>. Acesso em: 20 abr. 2017.



SISS, Ahyas; FERNANDES, Otair. Formação de professores na perspectiva de uma educação culturalmente diversificada: breves considerações. *Série-Estudos*, n. 37, p. 107-119, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/42tSYHm>>. Acesso em: 5 maio 2023.

SOUZA, Marcos Lopes de. Formação docente: desenvolvendo e analisando ações educativas para o combate ao sexismo e à homofobia nas escolas. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, v. 10, 2013, p. 1-9. Disponível em: <<https://bit.ly/4232KR0>>. Acesso em: 5 maio 2023.

TERRIEN, J. Os saberes da racionalidade pedagógica na sociedade contemporânea. *Revista Educativa*, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 67-81, jan./jun. 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/3MnDgIP>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

VIGOYA, Mara Viveros. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. 2016. *Debate Feminista*, n. 52, p. 1-17, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3pD3eiF>>. Acesso em: 12 maio 2023.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3HGR8Lx>>. Acesso em: 12 maio 2023.



Experiências docentes em ações de currículum anti-sexistas y antirracistas en la educación básica

RESUMEN: En esta investigación-experiencia, buscamos comprender cómo las/os docentes crean actos de currículum anti-sexistas y antirracistas en la Educación Básica. Movilizamos los estudios postestructuralistas y el feminismo negro interseccional para pensar-hacer la investigación. Debido a la pandemia de Covid-19, nos vimos imposibilitados de realizar investigaciones de campo presenciales, lo que nos llevó a producir un cuestionario abierto en línea (Google Form) como herramienta de investigación, compartido en grupos de docentes en WhatsApp en 2021. En esta investigación, contamos con la participación de 31 docentes mujeres que trabajan en escuelas ubicadas en diferentes municipios del estado de Río de Janeiro. Aunque la mitad de las docentes tengan afirmado que no ha sufrido o presenciado casos de racismo y sexismo en la escuela, lo que puede ser cuestionado, todas reconocen la importancia de poner en acción prácticas antirracistas y anti-sexistas cotidianas a través de libros, videos e historias enfocadas en el empoderamiento femenino y racial. Por lo tanto, consideramos urgente la inversión de políticas públicas de formación para que las/os docentes dirijan sus esfuerzos en la planificación de acciones antirracistas y anti-sexistas, enfrentando los desafíos y dilemas de aprender-enseñar en colaboración con niños y jóvenes en una sociedad estructuralmente racista y cisheteropatriarcal como la nuestra.

PALABRAS CLAVE: Raza. Género. Sexualidad. Docencia. Educación Básica.

Lara Lage de ANDRADE

Graduada em licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do primeiro seguimento do ensino fundamental da Rede Municipal da Prefeitura de Petrópolis.

E-mail: andradelaraaa@gmail.com

Felipe CARVALHO

É professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá (PPGE/UNESA), linha de pesquisa Tecnologias de Informação e Comunicação nos Processos Educacionais (TICPE). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Educação e Cibercultura. É doutor e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd/UERJ), especialista em Educação com aplicação da Informática pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário da Cidade do Rio de Janeiro. De 2019 a 2020, foi bolsista de doutorado-sanduíche FAPERJ pela Universidad Complutense



de Madrid/Espanha (UCM), e bolsista de doutorado Nota 10 FAPERJ. É Ad Hoc ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Atua como editor-gerente da Revista Docência e Cibercultura. Realiza pesquisas em educação online, formação de professores, informática na educação, didática, diferença, cibercultura.

E-mail: felipesilvaponte@gmail.com

Dilton Ribeiro COUTO JUNIOR

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UERJ, do ProPEd/UERJ e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da UERJ. Líder do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Gênero e Sexualidade na Cibercultura (JEGESC). Bolsista do Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística – Prociência UERJ.

E-mail: junnior_2003@yahoo.com.br

Recebido em: 30/05/2023

Aprovado em: 03/06/2024